

SEXUALIDADES NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE?

Anselmo Lima de Oliveira; Alfrancio Ferreira Dias

Resumo: A escola tem muito mais que prédio, equipamentos, livros, biblioteca, currículo, pessoas. Nela as pessoas aprendem muito mais que biologia, matemática, português, natação, futsal, capoeira. Aprendem a ser gente. Gente que respeita, que não humilha. A proposta desta pesquisa é analisar a temática sexualidades no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS). A opção teórico-metodológica para o desenvolvimento deste estudo pautou-se na abordagem qualitativa, tendo como técnica de coleta de dados as entrevistas semiestruturadas, realizadas com treze participantes. Para a análise de dados foi utilizado o método de análise de discurso na perspectiva foucaultiana. Ficou evidenciado que o tema sexualidades não é debatido abertamente no Colégio e encontra-se subordinado aos discursos biológico, religioso, pedagógico, científico, moralista. Infere-se a existência tanto de submissão quanto de subversão à heteronormatividade presente no Colégio.

Palavras-chave: Sexualidades, Discurso, Educação.

À PORTA

Será que é possível apontar discussões a respeito das sexualidades na escola? Esta questão aponta para diversos caminhos, “dada a nossa história de socialização, com processos severos de censura, anulação e disciplinamento do corpo, essas questões estiveram ausentes ou foram trabalhadas superficialmente na escola” (DIAS, 2015, p. 74). Considerado polêmico e de difícil articulação, esse tema é considerado o calcanhar de Aquiles para diretores/as de escolas, coordenadores/as, pedagogos/as, professores/as, alunos/as, servidores/as, pais e responsáveis pelos/as alunos/as. É possível que todo esse disparate, construído historicamente, acabe reduzindo debates mais intensos, abertos e democráticos na escola.

Diante disso, evidenciamos que falar sobre sexualidades no ambiente escolar tem sua permissividade vigiada. Quando possível, inclina-se para a temática, mas, sem dúvida, ao rigor do determinismo biológico, a partir de doenças sexualmente transmissíveis e alusivas à perspectiva médica. Afinal, ainda “[...] existem muitos obstáculos, tanto nas mentes das professoras, quanto na estrutura da escola, que impedem uma abordagem cuidadosa e ética da sexualidade na educação” (BRITZMAN, 2000, p. 62). Não está bem claro, ainda, o porquê de tantos obstáculos. Entretanto, evidencia-se uma estrutura escolar fragilizada, uma vez que as leituras - tanto de docentes quanto de discentes - sobre sexualidades são incipientes, conduzindo-as/os à suposta sensação de saber, quando, de fato, estão mergulhados no senso comum.

Uma das motivações para nos debruçarmos sobre o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS) ampara-se no fato de ser uma escola pública e, como tal, possuir responsabilidades e compromissos públicos. Esse Colégio, devido à representação histórica, é considerado referência à educação básica de Sergipe. Ainda, o CODAP/UFS tem como objetivo servir de campo de aplicação de pedagogias, conforme descreve o Projeto Político-Pedagógico (P.P.P.).

NOSSA VIAGEM

Antes, é necessário dizer que o Projeto desta pesquisa foi encaminhado à Direção, vice Direção e Setor Técnico Pedagógico (SETEPE) do CODAP/UFS, cabendo a esses setores torná-lo disponível aos/às docentes, técnicos administrativos, bem como à comunidade em geral. Tal atitude foi relevante para que tanto a equipe pedagógica quanto a direção, enfim, todos tivessem ciência sobre a temática do Projeto. Desse modo, foram feitos os primeiros contatos com professoras e professores, alunos e alunas, e, em seguida, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹ (TCLE) àqueles/as que se dispuseram a participar das entrevistas. Todas as condições descritas no citado documento foram informadas aos/às participantes da pesquisa, solicitando que os menores de idade encaminhassem o documento aos pais, às mães e/ou responsáveis a fim de que tomassem conhecimento de todas as implicações expostas. Ainda, os responsáveis pela pesquisa assinaram Termo de Compromisso submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (CEP/UFS), garantindo, assim, sigilo e confiabilidade.

Foram utilizadas como técnicas de pesquisa a entrevista semiestruturada, a análise do PPP e do Regimento Interno do CODAP/UFS. Todavia, abordaremos, aqui, apenas a primeira técnica. Assim sendo, foram realizadas treze entrevistas semiestruturadas, sendo: sete docentes, cinco discentes e uma psicóloga, pois esta, além de participar da coordenação técnico-pedagógica do CODAP/US, desenvolve trabalhos em parceria com docentes do Colégio.

As entrevistas foram realizadas no período de 2 a 10 de dezembro de 2015, sendo solicitado que as/os participantes ficassem livres para responder ou não as perguntas. Em algumas entrevistas, a tensão inicial estava presente, mas, após alguns minutos, os/as participantes foram adquirindo confiança e liberdade, passando, assim, a explicitar

¹ Documento obrigatório e disponível na Plataforma Brasil.

informações importantes sobre a temática sexualidades. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas literalmente, objetivando garantir a compreensão do conteúdo. Após, utilizou-se como técnica de análise de dados, análise de discurso.

Em relação às entrevistas, utilizamos como principal critério de inclusão, a manifestação em participar da pesquisa, independente da familiaridade com a temática. Desse modo, obtivemos resposta positiva acerca do interesse em participar. Sobre a escolha dos/as estudantes, priorizamos os/as matriculados/as no ensino médio que manifestaram interesse em participar das entrevistas e, além disso, que os pais aquiescessem tal permissividade a partir da assinatura do TCLE. O roteiro das entrevistas foi criado a partir das concepções sobre sexualidades e do trabalho com a temática no interior do CODAP/UFS.

QUE TERRENO É ESSE?

O CODAP/UFS², antigo Ginásio de Aplicação (G.A.), foi criado em 30 de junho de 1959, ou seja, há cinquenta e sete anos e pertencente à Faculdade de Filosofia de Sergipe, tendo como objetivo servir como campo de estágio da referida faculdade. Em 30 de dezembro de 1965, foi autorizada a implementação do 2º grau, com opções para os ensinos clássico e científico. A partir desse instante, o G.A. passou a ser denominado de Colégio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

Entretanto, em 1968 foi criada a Universidade Federal de Sergipe, incorporando, desse modo, a Faculdade de Filosofia e o Colégio de Aplicação à estrutura administrativa e pedagógica da UFS. Somente em 1981 o CODAP/UFS foi transferido para o Campus Universitário, passando, assim, a ser considerado órgão suplementar, ligado diretamente à Reitoria e, por conseguinte, assumiu as funções de ensino, pesquisa e extensão. Após essa mudança, o CODAP/UFS passou a manter relações diretas com o Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) da UFS, cuja proposição estava relacionada às pesquisas, experimentações e práticas pedagógicas, além de servir como veículo de difusão de tecnologias educacionais para as comunidades de 1º e 2º graus, ou seja, do ensino básico.

A partir de 1993 o CODAP/UFS passou a ser vinculado pedagogicamente à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), tendo como objetivo projetar maior envolvimento com

² Fonte: www.codap.ufs.br

os departamentos da UFS. Em 1994, passou a funcionar em sede própria e, somente em 2006, o Colégio começou a ter representantes no Conselho Superior (CONSU³) da UFS.

Atualmente, o CODAP/UFS é uma escola de ensino básico, regida pela Legislação Federal, pelo Estatuto da UFS e pelo Regimento Interno. Desse modo, o ensino fundamental é ofertado apenas para os 6º, 7º, 8º e 9º anos, bem como para o ensino médio. O Colégio também desenvolve projetos de extensão e projetos de pesquisa e o endereço atual do CODAP/UFS está situado à Av. Marechal Rondon, S/N, Bairro Rosa Elze, no município de São Cristóvão, estado de Sergipe, Brasil.

LUGAR SECRETO

Assim como outras temáticas ensinadas e debatidas na escola, as sexualidades não deveriam ser colocadas nesse lugar secreto, silenciado e tomado por temores e receio, mas serem acessadas livremente, sem proibições. As sexualidades são interiores às pessoas e não é possível se despir delas feito uma roupa de pano. Aonde os corpos vão, as sexualidades transitam; aonde a mente circula, aquelas são presentes e não se apartam. Porém, a escola insiste na manutenção desse ambiente sombrio, repleto de labirintos, quase inacessível.

A heterossexualidade é norma na escola e tudo aquilo que se distancia desse padrão está sujeito a entrar no fosso. Então, enuncia-se: “[...] se eu levar o tema homossexualidade numa turma que tenha um homossexual é a morte” (Participante 13)⁴. Sugere-se, aqui, que a escola não tem como objetivo a ampla abertura das discussões sobre sexualidades, muito menos a ideia de enfrentamento. Mas, será que a estratégia de “proteção” é a melhor forma de tratar a questão? Por que não se pode discutir abertamente o tema sexualidades na escola?

Ainda, diz-se que “então, ele tem, tem que ter todo um cuidado pra colocar esse tema em lugares que ele não perceba que isso tá sendo vinculado àquela pessoa específica” (Participante 13). Talvez, esse cuidado seja um impedimento nos debates sobre sexualidades, além de indicar adjetivações que expressem fragilidade, docilidade etc. Toda essa mística sobre as sexualidades não contribui em nada para a abertura das discussões na escola. Nesse sentido, “assim, aqueles homens [discentes] que se afastam da forma de masculinidade hegemônica são considerados diferentes, são representados como o outro e, usualmente, experimentam práticas de discriminação ou subordinação” (LOURO, 1997, p. 48). Em outras

³ CONSU é o Conselho Geral da UFS. Responsável por deliberar sobre diversos temas que envolvem a Universidade.

⁴ O/A participante 13 é psicólogo/a do CODAP/UFS.

palavras, todas e todos que não compactuam com os atributos heterossexuais são nomeadas/os como diferentes ou anormais e, além do mais, “a escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui” (LOURO, 1997, p. 58).

O lugar das sexualidades na escola é o lugar da interdição e essa temática parece não poder circular como outros temas. Diz-se que o atendimento dado aos/as discentes considerados/as desviantes é “feito nos moldes” e, acima de tudo, “com todo o cuidado pra que isso não seja externalizado pro resto da turma” (Participante 13). Afinal, o molde proposto pelo enunciado acima diz respeito ao silenciamento das sexualidades consideradas controversas. Nesse sentido, “notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política [...]” (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Em uma das entrevistas foi possível observar o silenciamento tanto de discentes quanto de docentes. As mordanças sociais podem conduzir às tragédias e, pior, bem diante de todos e todas:

Na minha experiência como diretora do Colégio, vez por outra, eu via um aluno fazer uma queixa na direção, assim, de problema de raça. Ele era negro e sofria *bullying* e sofria preconceito. Aluno sempre do fundamental, do sexto ano, do sétimo ano. “Professora, olhe, os meninos tiraram essa brincadeira comigo, me chamaram disso”. Então, eles sempre procuravam a direção pra fazer uma queixa do *bullying* por questão de cor. E de sexualidade, de gênero, questão da opção, da sexualidade, mesmo, eles nunca procuravam. Eles sofriam muito *bullying*. Essa experiência como professora, antes de ser diretora, eu percebia muito isso. Então, eles nunca procuravam pra fazer essa queixa: que o aluno agrediu verbalmente, até fisicamente por conta da sexualidade dele. Como eles faziam com muita naturalidade com relação a questão da cor. Então, eu percebi assim: que o aluno, ele tem vergonha. Ele tem vergonha. Ele, mesmo, se rejeita. Ele tem vergonha da sexualidade que ele desenvolve no seu corpo. Aí, eu percebia também que sempre esses alunos, que a gente percebia que tinha essa questão da sexualidade, meninos que... se comportavam assim... que tinha esse lado feminino, eles eram muito tímidos. Geralmente, muito tímidos, muito separados, muito inseguros. Assim, muito sofridos, eram alunos muito sofridos e alunos calados, alunos que calavam essa dor, calavam esse preconceito, calavam essa situação. Aí, eu sempre comparava essa questão com a questão da raça, da cor, do negro. Que ele não tinha, o aluno sofria também preconceito, mas ele tinha voz. O aluno que sofre preconceito racial, ele tem voz. O aluno que sofre preconceito sexual, ele não tem voz. Ele tem vergonha. Ele, mesmo, acha que... que ele tá errado. Que ele contraria a ordem normal das coisas, então a gente percebe nesse aluno da educação básica um peso muito grande. Muito grande! Muito grande e que esse peso

transfere, assim, pra questão de relacionamento, pra aprendizagem, é um aluno preso. (Participante 2)⁵.

A enunciação acima retrata um episódio triste e lastimável, ocorrido na antiga escola Agrotécnica de Sergipe, culminando em suicídio de discente, e que pode servir de exemplo para todas e todos que vivem e respiram educação. Mostra o tamanho do estrago causado pelo discurso heteronormativo e a força perniciosa que essa norma provoca nas pessoas. Silêncio que provocou gritos na escola. Quantas vezes aquela voz quis ser ouvida? Quantos não foram ditos àquela voz? Tantas dores, temores e angústias estiveram presentes e afastaram aquele aluno dos colegas de sala de aula e dele mesmo. As noites que se fizeram escuras pelos choros que só queriam ver uma luz no fim do túnel. Era apenas um rapaz, um adolescente querendo um colo, um lugar para descansar. Não! A escola disse não. Um não tão sonoro que ainda ecoa nos corredores e pátios daquela escola. Com aquele garoto, uma sexualidade que queria se desfazer das amarras dos discursos que aprisionam. Naquele aluno, o gênero que ainda grita em tantas escolas desse Brasil. Até quando esse “faz de conta” que não existe?

Ainda, informou-se que no “ano passado a gente trabalhou muito relacionado à violência sexual, exploração sexual” (Participante 13). Estes temas são importantes e precisam ser discutidos na escola, porém, quase sempre as sexualidades estão relacionadas às questões da violência, à exploração e, tudo isso, vinculado ao medo, ao pavor etc. Dessa forma, constroem-se sexualidades marginalizadas, vigiadas, castradas. Diz-se que “um policial veio aqui falar sobre a questão da violência, mesmo, e da infração, das medidas penais” (Participante 13). Recorre-se, então, aos discursos jurídicos que, além de coagir e disciplinar, visa a colocar o sujeito em estado de alerta e profunda preocupação, afinal, ele pode ser a próxima vítima da violência sexual. Então, o medo é semeado.

Ao surgir o questionamento se o Colégio havia convidado especialistas da temática, respondeu-se que “não! Não!” (Participante 13). Entretanto, “abordar temas relativos a gênero e sexualidade exige nas escolas a presença de professores com formação específica” (SEFFNER, 2011, p. 569). Nesse sentido, é importante destacar que o discurso, aqui, baseado na legalidade não é compreendido como repressivo, ao contrário, entende-se como necessário e suficiente para educar e proteger discentes. É assim que “esse discurso sobre a repressão moderna do sexo se sustenta. Sem dúvida porque é fácil de ser dominado” (FOUCAULT, 2015, p. 10). Fala-se sobre sexualidades na escola, mas a partir de uma perspectiva temerária, ou seja, sob a ótica do medo, do pavor, como se fosse algo secreto e proibido.

⁵ O/A Participante 2 é docente do CODAP/UFS.

A partir do discurso que se propõe a combater o preconceito na escola e, em especial, na sala de aula, o enunciado: “eu não quero trabalhar com preconceitos na sala, para manter o preconceito. Mas, sim, para poder quebrá-lo, pra poder sair dali sem preconceito. E a gente discute” (Participante 4)⁶. Dessa forma, para que a discussão sobre sexualidades ocorra em sala de aula, descreve-se que

Primeiro, porque, pra eu poder falar desse assunto, eu coloco algumas regras. Aí, quais são as três regras: um, você pode perguntar o que você quiser, desde que não fale o nome do colega que é o exemplo. Porque, às vezes, não é você. A dúvida é sua, mas é de um colega. Ou, então, a dúvida é sua e você tem vergonha de falar, aí vai querer colocar o nome do outro. Em hipótese nenhuma. Você vai falar: professora, por que, faz de conta, Claudinha... não pergunte mais, agora não. Depois, você me pergunta o que você quer saber. Agora, mais não. Porque, você pode fazer com que o outro se envergonhe e, aí, acaba virando motivo pra *bullying* e tal, então, não. Nome de aluno pra pergunta, em hipótese nenhuma. Então, nesse caso, você pergunta o que você quiser, mas de maneira genérica. Segundo: do que você quiser, pergunte com respeito, porque eu vou te responder tudo, mas pergunte com respeito. Aí, o que seria respeito, por exemplo? Você tá na aula, querendo ou não, de Ciência ou de Biologia. Você sabe que no lugar de ser o nome pejorativo para o órgão masculino, pênis, você poderia falar qualquer outro, mas você não sabe que para Ciência o nome seria pau, cacete ou qualquer coisa. Principalmente, porque menino queria poder falar na sala e, aí, eu sou professora de Ciência e de Biologia, você não sabe também qual o nome do órgão. Fale o nome correto, que eu vou falar tudo que você quiser pra ele. Tranquilamente. A mesma coisa com relação a vagina. Tem todas as outras denominações: tem boceta, periquita, o que quer que seja. Você não sabe qual é o nome? A gente não tava falando sobre isso, a gente não falou também dos órgãos sexuais, você sabe qual é o nome. Pergunto pelo nome dele, é um exemplo de respeito, mas você pode perguntar o que quiser. Tanto é que tem aluno que pergunta... e como perguntar, né? A terceira é: não perguntar e zombar do colega. Ou, se você não perguntou, de qualquer forma não zombar do colega. Se aquela pessoa tá tendo aquela dúvida ou que seja do outro, ele que tá sendo a representação da voz dali, não brinque. Não faça gracejo, porque a pessoa pode envergonhar e não querer perguntar mais. E, aí, eu falo que, normalmente, quando a gente fica rindo ou falando do colega: ah, que pergunta besta, normalmente, porque, nesse caso, era sua dúvida também. Então, pra não mostrar pros outros que era sua dúvida também, fique sempre em silêncio, ouvindo o colega. Aí, são as três regras e, normalmente, dão certo. Porque não teve problema nenhum em nove anos de experiência, em relação a eles perguntarem. Eles perguntam tudo. Professora, como é que a menina se masturba? Porque, homem eu sei como é, e mulher? (Participante 4).

Desse modo, a estratégia de não falar o nome da aluna e/ou do aluno em sala de aula, mantendo, assim, preservada a identidade é, justamente, evitar a violência simbólica que, segundo Bourdieu (2014, p. 12), “[...] se exerce essencialmente pelas vias puramente

⁶ O/A Participante 4 é docente do CODAP/UFS.

simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento”. Ainda, segundo o enunciado, o respeito é evidenciado e está relacionado às palavras que são usadas para definir os órgãos sexuais. Afinal, substituir o termo científico por outro considerado pejorativo é evidenciado como falta de respeito. Todavia, em determinado momento da entrevista, informa-se que alguns/algumas discentes perguntam sobre masturbação e sobre gala. Então, ao ser questionada se gala não seria uma palavra pejorativa, relativizou-se dizendo: “entre aspas, é e, ao mesmo tempo, não. Porque, no caso, quando ele foi falar, ele me perguntou no papel” (Participante 4). Este enunciado faz relevar que determinados termos ainda são tomados sob a vigilância do discurso moralista, uma vez que este se encontra respaldado quando associado à linguagem biológica e científica. Assim, as palavras que não estão arroladas no discurso biológico perdem a força e são silenciadas.

A CAIXINHA MÁGICA!?

Nos instantes de debates sobre sexualidades, utiliza-se, de forma estratégica, a caixinha. Em outras palavras, a caixinha é um recipiente de papelão onde são armazenadas as perguntas consideradas sigilosas. Mas, também existem regras para a utilização da caixinha: a primeira regra é o uso de “folha de papel ofício branca” (Participante 4). É utilizado esse tipo de papel, pois as/os discentes poderiam usar as folhas de papel do caderno, evidenciando que determinado papel seria de um/a aluno/a específico/a.

Outra regra posta está relacionada ao tipo de caneta utilizada para escrever a pergunta. Então, determinou-se utilizar “lápiz ou caneta preta ou azul, porque menina tem vermelho, tem amarelo, tem rosa. Coloca azul ou lápis pra poder ninguém saber quem é quem” (Participante 4). Ainda que não seja permitido, no momento da pergunta, a identificação da aluna ou do aluno, há, nessa regra, uma exceção: quando a pergunta é feita na caixa a identificação do/a discente é permitida, pois “eu faço a pergunta e respondo, mas eu não falo o nome do aluno. Eu sei quem foi. Tudo bem! Ele queria identificar pra mim. Tudo bem!” (Participante 4).

Segundo as enunciações supraditas, a caixinha é o lugar capaz de manter o sigilo; local criado para não fomentar discriminações e preconceitos, invólucro restrito àquelas/es que, por algum motivo, sentem-se ameaçadas/os, confrontadas/os e tomadas/os como anormais. Afinal, a caixinha tem seus propósitos, pois, nela, as vozes ganham liberdade e se desprendem do silenciamento (re)produzido na escola.

No entanto, a estratégia de se valer da caixinha encontra sua eficácia, porém estabelece limitações: manter as discussões sobre sexualidades sob um controle que poderia, aos poucos, ser liberado, até encontrar ambientes propícios a discussões mais amplas e abertas, na escola. Desse modo, a escola “guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo” e essa estratégia conduz em seu objetivo a ideia de que “a decência das palavras limpa os discursos”, pois, havendo insistência na “indecência” dos termos, “deverá pagar as sanções” (FOUCAULT, 2015, p. 7-8).

As sanções, no episódio citado, diz respeito ao silenciar das palavras. O discurso científico vigia as palavras ditas e tidas como pejorativas (pau, caceta, buceta, periquita), produzindo, assim, a limpeza do termo (pênis, vagina etc.). Entretanto, ainda que algumas palavras consigam escapar, logo são deslocadas e postas, novamente, em outra prisão: a caixinha. Permite-se o uso da palavra gala, mas que seja dita no silêncio da caixinha, fora de um ambiente público. Desse modo, “o que não é regulado para a geração [...] é ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio” (FOUCAULT, 2015, p. 8). No entanto, a sala de aula é o lugar mais apropriado para promover debates claros a respeito das sexualidades.

O imperativo “fale o nome correto [...] você não sabe qual é o nome?” (Participante 4) exige que as palavras “corretas” sejam ditas em público, mas é possível dizer a palavra “incorreta” no particular, dentro da caixinha. Sugere-se, assim, que determinadas palavras são aceitas no ambiente público, enquanto outras são exclusividades do ambiente particular, pois “o fato de falar-se do sexo livremente e aceitá-lo em sua realidade é tão estranho à linguagem direta [...] é tão hostil aos mecanismos intrínsecos de poder” (FOUCAULT, 2015, p. 15).

A linguagem do pau, da buceta, do cacete, da periquita etc. encontra na sala de aula um ambiente hostil, de difícil articulação, suscetíveis às risadas e medos, mas a questão, aqui, não é “saber o que dizer ao sexo [...] se policiar ou não as palavras empregadas para designá-lo; mas levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala [...]” (FOUCAULT, 2015, p. 16). Afinal, não se trata de dizer que o sexo foi ou não reprimido, mas evidenciar que o elemento negativo (repressão) é uma peça com função discursiva e de poder.

Dessa forma, “como se, para dominá-lo [sexo] no plano real, tivesse sido necessário, primeiro, reduzi-lo ao nível da linguagem” (FOUCAULT, 2015, p. 19). Assim, os discursos biológico e moralista determinam quais termos podem ou não ser ditos, quem está autorizado/legitimado a falar sobre sexualidades. Designam, também, que locais e a partir de quais perspectivas o indivíduo autorizado pode falar sobre essa temática. Então, no

CODAP/UFS os discursos oficial e científico autorizam que as sexualidades sejam debatidas nas disciplinas Ciências e Biologia sob o aspecto da heteronormatividade.

Por fim, a terceira e última regra dá ênfase para “não perguntar e zombar do colega” (Participante 4). O principal objetivo dessa regra é evitar chocarrices, então, descreve-se que “a pessoa pode envergonhar e não querer perguntar mais” (Participante 4). Dessa forma, garante-se que funciona: “aí, são as três regras e, normalmente, dão certo” (Participante 4). Quando o tema sexualidades é debatido em sala de aula, alguns elementos são evidenciados: o primeiro diz respeito às risadas, o segundo está relacionado ao estresse, o terceiro à paciência e, por fim, o quarto tem relação com o julgamento.

As risadas sugerem haver vergonha, timidez ao falar sobre sexualidades; o estresse aponta uma relação com as divergências nas opiniões a respeito do tema; a paciência pode estar vinculada à falta de argumentação ou a discordância; e o julgamento sugere a formação discursiva pela qual o sujeito transita. Portanto, diz-se que “é porque tem muita gente que ri, muita gente que, se você for falar sério, começa a rir, mas quando eles falam sério, mesmo, tem muito gente que se estressa com esse assunto, que discorda, discorda. É assim!” (Participante 10)⁷. Ainda, relata-se que “tem muita gente que não concorda. Gera uma certa discussão. Não tem paciência pra entrar em discussão, porque sabe que não adiante falar nada, a pessoa vai tá te julgando, dizer que você tá errado. Aí, você vai ter que dizer, né?” (Participante 11)⁸. Então, evidencia-se que “é muito difícil discutir sexualidade na escola” (Participante 2)⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível evidenciar em alguns momentos das entrevistas a necessidade do CODAP/UFS dialogar com outros ambientes externos, ressaltando-se que “a sociedade está órfã dessa resposta do Colégio de Aplicação em relação a essas questões [...] o Colégio de Aplicação precisa, mesmo, abrir essa discussão” (Participante 2). Sugere-se, então, que o tema em relevo ainda não adquiriu a devida amplitude nos debates.

Observou-se que as discussões sobre as sexualidades acontecem no Colégio, porém, não são feitas sistematicamente nem conjuntamente, ou seja, ocorrem porque um/a e/ou

⁷ O/A Participante 10 é discente do CODAP/UFS.

⁸ O/A Participante 11 é docente do CODAP/UFS.

⁹ O/A Participante 2 é docente do CODAP/UFS.

outro/a docente decide, isoladamente, debater o tema. Desse modo, o CODAP/UFS demonstra o pequeno grau de envolvimento nas discussões sobre as sexualidades.

A temática sexualidades não é discutida em todas as turmas e em todos os anos escolares. Também foi possível observar que esse tema é minimamente debatido em sala de aula, informando-se, assim, que essa discussão é “bem pouco, na verdade sobre sexualidade, eles conversam. Bem pouco! Quase nada!” (Participante 8)¹⁰. Determinado/a discentes informou que “na escola, vejo falando pouco” (Participante 9)¹¹. Certo/a docente disse: “[...] A questão da sexualidade não trabalho” (Participante 3).

Observamos que alguns/algumas participantes da pesquisa compreendem as sexualidades a partir do discurso biológico, moralista, heteronormativo e que também sustentam seus argumentos dentro da perspectiva médica. Entretanto, observou-se que outros/as participantes concebem as sexualidades como algo construído socialmente e durante o percurso da vida. Observou-se, também, a força do discurso heteronormativo na escola e o modo como as sexualidades, por não ser única e exclusiva, podem ser discutidas a partir de diferentes aspectos e possibilidades. Afinal, a unicidade, antítese da diversidade, sugere uma escola desigual e desumana.

Sugestionamos, portanto, que o CODAP/UFS - a partir da inscrição de Colégio aberto às novas práticas pedagógicas - possibilite inovar, trazendo à tona modernos debates sobre as sexualidades. Dessa forma, será possível problematizar essa temática sob diversas perspectivas, visando a ampliação conceitual para melhor aplicabilidade no dia a dia da Escola.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DIAS, Alfrancio Ferreira. Corpo, gênero e sexualidades. Problematizando estereótipos. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n° 16, jan/jun 2015, p. 73-90.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, em 1970*. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

¹⁰ O/A Participante 8 é docente do CODAP/UFS.

¹¹ O/A Participante 9 é docente do CODAP/UFS.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 2ª ed. – São Paulo, Paz e Terra, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação*. Uma perspectiva Pós-Estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SEFFNER, Fernando. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 19, n. 2, 2011, p. 561-572.